PLANO SAFRA 2016/17

MESMO MAIS CARO, VALE A PENA TOMAR O CRÉDITO RURAL

DA REDAÇÃO

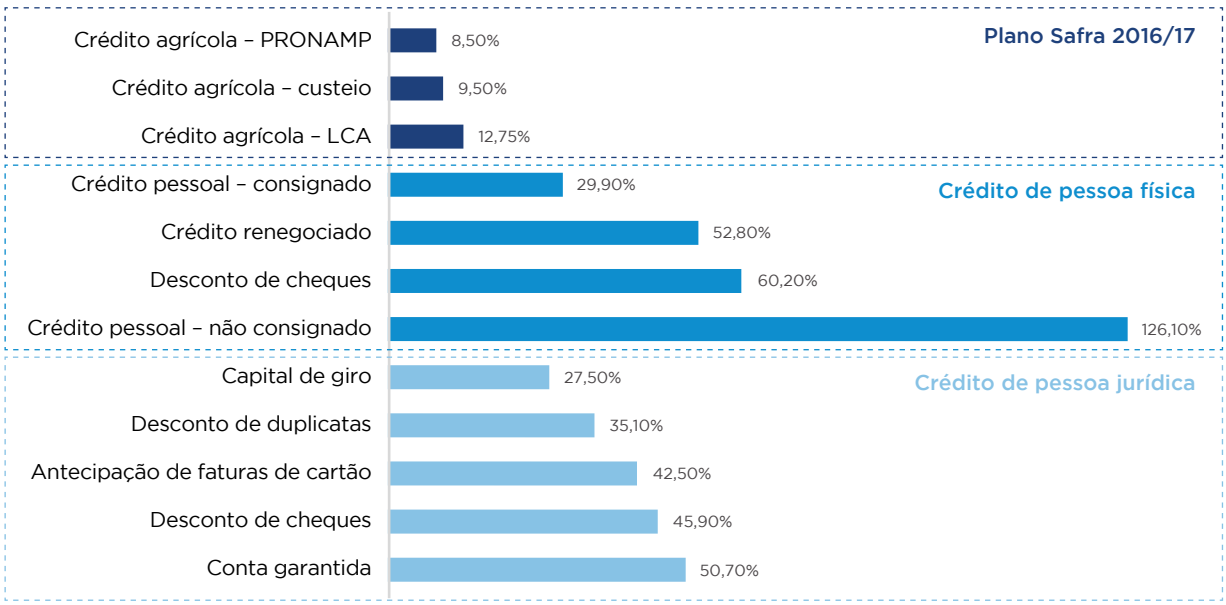
PARA O Plano Agrícola e Pecuário de 2016/17, o Governo aumentou o crédito para custeio com juros controlados. No entanto, R$ 53 bilhões – 26% de todo volume de crédito – ainda terão como fonte as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), com juros de 12,75%. Apesar de mais elevada, esta taxa está abaixo das oferecidas pelo setor financeiro e, também, do retorno de algumas modalidades de investimento. Ou seja, mesmo com custo mais alto, ainda pode valer a pena para o produtor tomar o crédito e manter seu próprio dinheiro investido no banco.

Embora a elevação das taxas de juros das linhas oficiais de crédito agrícola, com certeza, não agrade o setor, o fato é que, ao longo dos últimos doze meses, as taxas de juros subiram para todas as linhas de crédito, tanto para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas. Com a elevação da taxa Selic e o aumento da inadimplência, aumentaram o custo de captação dos bancos e o correspondente *spread* bancário. Logo, o crédito como um todo ficou mais caro.

Enfim, para os agentes no universo agro, apesar da elevação das taxas de juros das linhas oficiais, estas continuam sendo, de longe, as suas opções mais baratas de financiamento.

Se, por um lado, esse ambiente de taxa Selic mais alta encarece o crédito, por outro, aumenta o ren-

TAXAS MÉDIAS DE JUROS POR MODALIDADE DE CRÉDITO
(% A.A.)



Fonte: Banco Central

dimento das aplicações em renda fixa. Pode até ser mais rentável para um produtor alocar seus recursos próprios em uma aplicação financeira e, para financiar a produção, captar o maior volume possível de crédito via linhas oficiais.

Por exemplo, suponha que um produtor tenha acesso a um fundo de investimentos que opere com LCAs e que pague, em termos líquidos (isto é, já descontados a taxa de administração e os demais custos operacionais), 92% do CDI (uma taxa relativamente conservadora). Caso as projeções do Banco Central para a taxa Selic, cujos valores servem de referência para o CDI, realmente ocorram (Selic a 14,25%, em julho 2016, e a 12,75%, em junho de 2017), a aplicação oferecerá um rendimento médio de 12,47% ao longo da safra 2016/17, um retorno superior ao custo do crédito oficial. Assim, se o produtor mantivesse R$ 1 milhão investido a 12,47% a.a. e tomasse a mesma quantidade de crédito a 9,5% a.a. (custo médio do crédito de custeio a taxa controlada) para custear sua produção, ao final de um ano o retorno com a aplicação financeira seria R$ 30 mil superior ao custo do empréstimo (exemplo 1).

Para a decisão sobre o uso do crédito rural para a realização de investimento na produção, a lógica é a mesma. Como exemplo, podemos considerar

EXEMPLO 1: RETORNO OBTIDO COM INVESTIMENTO EM LCA *VERSUS* TOMADA DE CRÉDITO OFICIAL PARA CUSTEIO DA SAFRA

Retorno do investimento de R$ 1 milhão em LCA ao final de um ano	Custo do crédito de R$ 1 milhão ao final de um ano	Diferença positiva para o produtor
Taxa de juros da aplicação em LCA: 12,47% a.a.	Taxa de juros controlada para custeio: 9,5% a.a.	
R$ 125 mil	R$ 95 mil	R$ 30 mil

EXEMPLO 2: RETORNO OBTIDO COM INVESTIMENTO EM LCA EM CINCO ANOS *VERSUS* TOMADA DE CRÉDITO OFICIAL PARA INVESTIMENTO

	Moderfrota Valor financiado: R$ 200 mil Taxa de juros: 9,5%[1]	**LCA** Valor do investimento: R$ 200 mil			**Saldo após pagamento do equipamento (B - A)**
	Prestação (capital + juros) (A)[2]	**92% do CDI (taxa a.a.)[3]**	**Valor investido**	**Retorno do investimento ao final do ano (B)**	
Ano 1	R$ 58.569	12,5%	R$ 200.000	R$ 224.940	R$ 166.371
Ano 2	R$ 54.855	11,7%	R$ 166.371 (R$ 224.940 - R$ 58.569) (B - A, do primeiro ano)	R$ 185.870	R$ 131.014
Ano 3	R$ 51.141	11,0%	R$ 131.014 (R$ 185.870 - R$ 54.855)	R$ 145.387	R$ 94.245
Ano 4	R$ 47.428	10,2%	R$ 94.245 (R$ 145.387 - R$ 51.141)	R$ 103.877	R$ 56.450
Ano 5	R$ 43.714	9,5%	R$ 56.450 (R$ 103.877 - R$ 47.428)	R$ 61.795	**R$ 18.082** ← Saldo final, após pagamento da última prestação.
Total pago com financiamento: R$ 255.707			**R$ 18.082**	**Saldo final, após pagamento da última prestação do financiamento**	

Nota: Os cálculos apresentados representam apenas uma simulação com o intuito de subsidiar sua decisão. A contratação do financiamento pode estar sujeita a outras taxas não consideradas, como seguro
1 Foi considerada a taxa de juros intermediária prevista para o Moderfrota, que pode variar de 8,5% a 10,5%
2 Apesar de a taxa de juros anunciada ser anual, o pagamento dos juros é semestral, o que altera o resultado do cálculo da parcela paga em um ano
3 Com a estabilização da economia, prevista para ocorrer ao longo dos próximos anos, a taxa Selic deverá cair gradualmente. Assim, para a simulação, no primeiro ano foi considerado o retorno esperado por um investimento atual em LCA (12,47%); para os anos seguintes, considerou-se uma queda anual de 0,75%, a fim de igualar, no quinto ano, o retorno do LCA à taxa de juros do financiamento

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO SAFRA
(R$ BILHÕES)

	2014/15	2015/16 (B)	2016/17 (A)	Variação % (A/B)
1. Custeio e comercialização	112,0	147,5	168,8	14,4%
Juros controlados	89,0	94,5	115,8	22,5%
Juros livres	23,0	53,0	53,0	1,9%
2. Investimentos	44,1	40,2	34,0	-15,4%
Juros controlados	43,7	33,0	34,0	3,0%
Juros livres	0,4	7,2	–	–
Total (1 + 2)	156,1	187,7	202,8	8,0%

Fonte: MAPA

AUMENTO DA TAXA DE JUROS CONTROLADA NA SAFRA 2016/17

LINHAS	Safra 2015/16	Safra 2016/17
Custeio	8,75%	9,50% a 11,25%[1]
PRONAMP Custeio FUNCAFÉ	7,75% 8,75% a 10,50%	8,50% 9,50% a 11,25%[2]
Investimentos		
Moderinfra (irrigação), PCA, INOVAGRO e PRONAMP	7,50%	8,50%
PRODECOOP, Prorenova, Moderagro	8,75%	9,50%
Moderfrota PROCAP-AGRO ABC Prorenova	7,50% a 9,00% 7,50% a 10,50% 7,50% a 8,00% TJLP + outros	8,50% a 10,50%[3] 8,50% a 12,00%[4] 8,00% a 8,50%[5] 75% da TJLP+ 25% da Selic

1 Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP); 2 FUNCAFÉ (giro); 3 De acordo com a Receita Operacional Bruta (ROB): até R$ 90 milhões, 8,50%; acima de R$ 90 milhões, 10,50% ; 4 Cotas partes e giro; 5 Agricultura de Baixo Carbono (ABC)
Fonte: MAPA

o caso de um produtor que queira comprar um trator ou um implemento agrícola no valor de R$ 200 mil. Ele poderia decidir:

1ª opção: comprar o item com recursos próprios; ou

2ª opção: investir seu dinheiro em LCA e financiar 100% do valor do item, com pagamento em cinco anos, por meio do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).

Caso decida tomar o crédito a juros de 9,5% a.a. (faixa intermediária do Moderfrota) e investir seu dinheiro – ou seja, tenha escolhido a segunda opção –, ao final de cinco anos esse produtor terá pagado todo o financiamento, no total de R$ 255.707 (capital financiado + juros), e ainda sobrarão R$ 18.082, resultantes do saldo do investimento da LCA. A cada final de ano, o produtor pagará a prestação do financiamento com parte do montante investido, mantendo aplicado em LCA o saldo restante (exemplo 2).

O NOVO PLANO SAFRA

Pressionado pela gravidade da dívida pública, assim como na safra passada, o ajuste fiscal gradativamente toca a agricultura. Nesse contexto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) priorizou a operação de custeio. É uma visão para atender a demanda por capital de giro do produtor no curto prazo. O montante de recursos, com juros controlados, para o custeio e comercialização, de R$ 115,8 bilhões, está próximo do orçamento da safra de grãos no verão.

O limite de crédito por produtor aumentará em 10%, passando de R$ 1,20 milhão para R$ 1,32 milhão. Já

OUTRAS MEDIDAS

- A compra de animais para recria e engorda na pecuária passa a ser considerada custeio, e não investimento, o que proporcionará mais recursos e agilidade na contratação do crédito.
- O Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) prevê incentivos à aquisição de painéis solares e caldeiras para geração de energia autônoma em cultivos irrigados.
- No café, houve a elevação do limite de financiamento para estruturas de secagem e beneficiamento no Moderfrota.
- No Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), o Governo espera incentivar o plantio de açaí, dendê e cacau na Amazônia.

no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), o aumento do limite de crédito para custeio foi de R$ 710 mil para R$ 780 mil. Em ambos os casos, o aumento representa praticamente a correção pela inflação, para manter o valor real.

O tópico mais sensível, sem dúvida, ficou por conta da elevação da taxa de juros controlada. No custeio, o aumento médio foi de 8,75% para 9,50%, enquanto, no PRONAMP, alterou-se de 7,75% para 8,50%. Nos investimentos, os ajustes variaram conforme a linha, de 8,5% a 12,0% (antes, estavam entre 7,5% e 10,5%).

A OPÇÃO DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

Para fechar as contas, o Governo anuncia a diversificação das fontes de recursos tomados no mercado de capitais, em títulos do agronegócio, com novas regras para as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), chanceladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na safra 2015/16, 50% das LCAs emitidas pelos bancos e lastreadas em direitos de crédito por empréstimos com recursos de depósito à vista ou poupança rural deveriam ser direcionados para o produtor rural a taxas livres. Com essa medida, a expectativa do Governo era dar uma injeção de R$ 30 bilhões ao setor, algo que não aconteceu.

Agora, 35% das LCAs, independentemente do lastro, deverão ser direcionados para o produtor rural, sendo: 15% a taxa de juros controlada de 12,75% a.a., e 20% a juros livres. Espera-se que essa nova dinâmica resulte em operações de R$ 10,25 bilhões a juros controlados e outros R$ 30 bilhões a juros livres para custeio e comercialização. Resta aguardar como os bancos reagirão a esse novo sistema de direcionamento, em termos da obrigatoriedade de emprestar a juros controlados.

Para os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), uma Medida Provisória deverá ser submetida ao Congresso Nacional para permitir operações com correção e lastro em moeda estrangeira. O objetivo é atrair capital externo, com o ingresso de recursos de R$ 12 bilhões, neste ano, e de R$ 40 bilhões a R$ 60 bilhões, em 2017.

Para custear a última safra (2015/16), a parcela de crédito concedido pelas instituições financeiras caiu. Os produtores passaram a utilizar mais o capital próprio e outras fontes de financiamento, como cooperativas, revendas e indústrias. As pesquisas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) mostram essa realidade.

O Plano Agrícola e Pecuário da safra 2016/17 configura a aplicação de uma política emergencial em tempo de crise econômica. O cenário é de recessão no mercado doméstico, preços de *commodities* em baixa, volatilidade cambial, inflação em queda e juros elevados. Nem mesmo o agronegócio passa imune a essa situação problemática.

Muitos produtores deverão novamente adiar a decisão na tomada de empréstimos para investimentos em novas tecnologias. Nos últimos cinco anos, a área de grãos expandiu-se, na média anual, em 1,6 milhão de hectares. A aposta, agora, é sobre a capacidade de crescimento na próxima temporada. ■